



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

Relatório de Gestão 2015



Relatório de Gestão 2015



Sistema de Bibliotecas - UFBA

Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão.

Relatório de gestão 2015 / Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão ; [coordenação Nádía Andrade Ribeiro]. - Salvador: FAPEX, 2016.

39 p.

1. Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - Relatórios. 2. Universidades e faculdades.
I. Ribeiro, Nádía Andrade. II. FAPEX: relatório de gestão 2015. III. Título.

CDD - 658



Relatório de Gestão 2015

Salvador - 2016

Sumário

Mensagem da Diretoria	5
Entrevista: Fundação de Apoio e as IFES, Susana Montenegro	7
Entrevista: O Marco Legal da Ciência, Fernando Peregrino	11
Identidade	14
Estrutura Organizacional	15
FAPEX em números	17
Balanço Social	23
Projetos em destaque	24
Parceiros em 2015	37

Uma estranha temporalidade sempre envolve as mensagens de Diretoria em um Relatório de Gestão. É que falamos de fatos consumados à luz de um presente, muitas vezes bem distinto do panorama em que os fatos ocorreram. Escrever sobre o ano de 2015, já sabendo que um novo Marco Legal para a Ciência, Tecnologia e Inovação foi sancionado em janeiro de 2016, é como contar a angústia de um jogo, quando já sabemos o resultado. Como tenho a particularidade de ser Diretor da FAPEX e psicanalista, conto para vocês uma frase que vira e mexe digo para meus pacientes: a vida não é para principiantes. Pois bem, 2015 não foi um ano para principiantes. Enquanto aguardávamos a promulgação do novo Marco Legal, o Brasil passou por momentos de grande retração econômica. Nesse contexto, o financiamento de pesquisas e de atividades de extensão foi reduzido drasticamente. Se não fosse o saber acumulado em seus 35 anos de existência, dificilmente teríamos feito face aos cortes financeiros e alterações do sistema jurídico e de controle que fazem parte do cotidiano da gestão de nossos projetos. Assim, 2015 foi um ano de adequação ao novo cenário econômico, mas igualmente de preparação do novo arcabouço jurídico e burocrático instituído pela Lei 13.243 e pela necessidade de implantação de uma base integrada de dados por conta do eSocial. A diversidade de nossos projetos, passando por tantos objetos de pesquisa e por tantas modalidades de financiamento, expõe, no cotidiano da execução de nossas metas, a contradição da burocracia brasileira. Persiste, infelizmente, um ambiente de incertezas no que tange ao modo como cada auditor interpreta nossas ações, por vezes com retroatividade de mais de uma década. Daí que, visando ao fortalecimento da FAPEX, nossa gestão buscou um alinhamento maior com o CONFIES, Conselho que reúne as fundações de apoio de todo o Brasil. Descobrimos, assim, que os problemas das fundações são muito semelhantes. Cito alguns: a burocracia quase insensata que preside os processos de credenciamento e credenciamento das universidades apoiadas e autorizadas, a instabilidade nos processos de atribuição de bolsas, a falta de interlocução com as fundações de amparo de cada unidade federada e, como ponto mais inquietante, o atraso no repasse

dos recursos para os projetos, principalmente ligados aos hospitais universitários, no momento em que se procede à transição para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Até o momento, nem o Ministério da Educação, nem o Ministério da Saúde, desenvolveram ações efetivas para solucionar o endividamento de centenas de milhões de reais dos hospitais universitários junto às fundações de apoio. Ainda assim, estamos confiantes de que o novo Marco Legal fará a diferença no ano de 2016. A aposta está feita.

Marcelo Veras

Diretor Executivo



Entrevista

A parceria entre as Fundações de Apoio e as IFES contribui para aumentar a qualidade do ensino, destaca a Presidente do CONFIES

SUZANA MONTENEGRO é engenheira civil, pela Universidade Federal de Pernambuco (1985), mestre em Engenharia Civil-Hidráulica e Saneamento, pela Escola de Engenharia de São Carlos/ Universidade de São Paulo (1989), PhD em Civil Engineering, pela University of Newcastle Upon Tyne (1997) e tem pós-doutorado no Centre for Ecology and Hydrology, Wallingford (2008). É professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil da UFPE (mestrado e doutorado), do Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola e Ambiental, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (mestrado e doutorado), da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas e da Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Atualmente, é secretária executiva da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento, da Universidade Federal de Pernambuco (FADE-UFPE), e presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES). Na entrevista concedida por Suzana, é possível conferir a definição de fundações de apoio, alguns resultados alcançados por projetos de pesquisa apoiados por essas entidades, além de relatos acerca do papel do CONFIES e das conquistas obtidas pela Associação até hoje.

Assessoria de Comunicação da FAPEX: Como a senhora poderia explicar para o grande público o que é uma “fundação de apoio”?

Suzana Montenegro: No Brasil, mais de 94% da produção científica é realizada nas universidades públicas e tal atividade é viabilizada graças ao apoio administrativo das fundações de apoio, que permitem aos pesquisadores se ocupar exclusivamente das questões técnicas das pesquisas científicas e tecnológicas.

As fundações de apoio (FA) são entidades de direito privado, instituídas pelo Código Civil (Lei 10.406/2002), veladas pelos Ministérios Públicos Estaduais e credenciadas pelo MEC e MCTI, que integram o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação do país. Foram criadas para viabilizar, de maneira ágil e eficiente, a relação entre a academia, por meio das universidades e dos institutos de pesquisa, e a sociedade, por meio de empresas e de organizações sociais, intermediadas pela ação integradora do poder municipal, estadual e federal.

ASCOM FAPEX: Quando foram criadas, as fundações objetivaram desburocratizar, flexibilizar, tornar mais ágil e eficiente a gestão de recursos financeiros aportados para pesquisa. No entanto, observa-se que, ao longo dos anos, as fundações passaram a ter as mesmas obrigações e limitações que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) por elas apoiadas. Assim, a senhora enxerga um desvirtuamento no papel originário das fundações?

Suzana: As fundações de apoio (FA) são amplamente fiscalizadas. Os convênios, contratos e projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação científica e tecnológica, executados por meio dessas entidades, sofrem fiscalização não apenas da auditoria externa, credenciada pelo Ministério Público, como dos conselhos das fundações, da auditoria interna e dos conselhos universitários das universidades apoiadas. Além disso, as fundações são veladas pelo Ministério Público Estadual, que examina anualmente suas contas. Elas também são fiscalizadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e, quando necessário, pelos Tribunais de Contas dos Estados (TCE). Para um projeto de pesquisa ser apoiado por uma fundação, ele deve passar pela aprovação prévia do departamento ao qual se vincula o docente, da instância mais alta da unidade acadêmica (conselho ou congregação) e, no caso dos centros universitários, do colegiado. Finalmente, as fundações de apoio são fiscalizadas pelos órgãos e empresas públicas e privadas que a contratam.

O controle e a fiscalização a que são submetidas cumprem com o dever de transparência para com a sociedade em geral. No entanto, os entraves burocráticos do excesso de dispositivos legais, por ora conflitantes, acabam por criar uma insegurança jurídica que prejudica sobremaneira nossa atuação, reduzindo nossa eficiência e eficácia. A grande palavra de ordem dos diversos setores envolvidos no sistema de CT&I, incluindo nossas fundações, foi a *desburocratização*.

ASCOM FAPEX: Os resultados alcançados pelos projetos de pesquisa apoiados pelas fundações têm reflexo na sociedade e na comunidade acadêmica? É possível citar algumas dessas iniciativas que são de relevância para a população?

Suzana: Os resultados alcançados pelos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação apoiados pelas FA têm reflexo notável na sociedade e na comunidade acadêmica. Novas tecnologias e processos são desenvolvidos por meio da pesquisa básica e o grande desafio é fazer com que parte desse conhecimento chegue à sociedade, pela pesquisa aplicada e pelos projetos de inovação. Podemos

citar, como exemplo, a pesquisa com impacto para desenvolvimento de novos medicamentos, vacinas e insumos para a área de saúde, processos de exploração e refino de petróleo, novas tecnologias na construção civil, na indústria naval, melhorias nos processos ensino-aprendizagem, proposição de medidas de desenvolvimento sustentável, gestão adaptativa para enfrentamento de alterações ambientais, tecnologias de interesse social, nanotecnologias com desenvolvimento de novos produtos, até mesmo para exames na área de saúde, dentre muitos outros.

ASCOM FAPEX: Qual a função do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES) e como ele pode ajudar as fundações filiadas a vencer os obstáculos que enfrentam no dia a dia? Quais as conquistas obtidas pela Associação Civil até o momento?

Suzana: O CONFIES é uma associação civil com personalidade jurídica de direitos privados, sem fins lucrativos, que agrega e representa as fundações filiadas em todo o território nacional. Atualmente, ele conta com 98 associadas. Seu objetivo é promover o aprimoramento e a troca de experiências entre as filiadas, bem como defender direitos e prerrogativas comuns às fundações.

Acreditando no poder da integração, do diálogo e de parcerias, temos realizado encontros temáticos e regionais, além do já tradicional Encontro Nacional, reforçado por ações de divulgação e comunicação, a partir de plano traçado para esse fim, e contratado equipe especializada na área. Na organização dos encontros regionais e nacional, o CONFIES tem procurado inserir personalidades de diferentes cenários de CT&I, desde representantes de financiadores, como setores do executivo e do legislativo. Usamos diversos instrumentos de comunicação e divulgação, como *website* e redes sociais. Também buscamos promover treinamentos de ferramentas comuns ao exercício de nossas funções. No ano de 2015, a partir de uma demanda da diretoria do CONFIES, o Colégio de Procuradores elaborou um *Caderno de Entendimentos* com o intuito de esclarecer questões corriqueiras no campo de atuação das fundações sobre legislação específica e temas correlatos. Também buscamos identificar ações conjuntas que possam ser promovidas na defesa dos interesses das fundações na sua área de atuação, como a recente ação *amicus curiae*, movida no Supremo Tribunal Federal (STF), em defesa da gratuidade dos cursos *lato sensu*. Com esses princípios, acreditamos promover uma uniformidade de procedimentos, com o fortalecimento do CONFIES e de suas filiadas.

Trabalhamos intensamente nos últimos anos, em especial em 2015, com diversas instituições do cenário de CT&I, incluindo representações institucionais e parlamentares, em um projeto que foi considerado suprapartidário: o Marco Legal de CT&I ou a Lei 13.243/2016. Com a aprovação, por unanimidade no âmbito do Congresso Nacional, e com a sanção pela Presidente da República, contabilizamos ganhos expressivos para atuação conjunta de agentes públicos e privados. Buscamos garantir segurança jurídica e celeridade, reduzindo a burocracia.

Com os inesperados e danosos vetos ao Marco Legal, o CONFIES continua trabalhando em conjunto, interna e externamente, para construir sólida contra-argumentação e convencimento aos parlamentares, com vistas a derrubar esses vetos e realizar outros aprimoramentos, além da necessária regulamentação. O Conselho vem também estimulando a discussão, convidando as pessoas a contribuir de alguma maneira, seja compartilhando ideias, contatos institucionais e legislativos, entre outros. Assim, se trabalharmos com entendimentos e objetivos comuns, teremos mais força e seremos mais eficazes. Se o CONFIES e as fundações de apoio fizerem isso, juntamente com as IFES e as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) apoiadas, cresceremos em conjunto.

ASCOM FAPEX: Qual o trunfo social das fundações para o país? Por que elas não podem deixar de existir?

Suzana: As fundações de apoio, ao agilizarem as demandas de pesquisadores, professores e alunos, auxiliam o trabalho da comunidade acadêmica – por meio do gerenciamento de projetos da universidade ou instituição de pesquisa apoiada – e promovem o alcance dos objetivos científicos, sociais, culturais e tecnológicos de tais entidades, cumprindo assim a sua missão.

A parceria entre as fundações de apoio e as IFES é fundamental porque contribui para aumentar a qualidade do ensino, visto que os alunos que participam dos projetos de pesquisa e extensão, além de aprenderem a produzir novos conhecimentos científicos, são confrontados com problemas reais da sociedade. Essa parceria permite, também, expandir e atualizar a infraestrutura de equipamentos, instalações e laboratórios, a partir dos recursos que financiam os projetos, bem como propiciar a melhoria e o desenvolvimento dos produtos e processos das empresas, por meio do conhecimento adquirido, beneficiando a sociedade como um todo.

Assim sendo, as fundações de apoio às Instituições Federais de Ensino Superior e às Instituições Científicas e Tecnológicas representam um patrimônio de grande valor para a comunidade acadêmica e para todos os seus parceiros, tendo como função essencial a promoção da integração e a gestão de projetos que fomentem as ligações entre a sociedade e a academia, por meio de canais estabelecidos pelos meios governamentais, nas esferas federais, estaduais e municipais.

Entrevista

O Marco Legal da Ciência é uma grande conquista dos agentes que participam do processo de inovação no País, afirma o Vice-Presidente do CONFIES

FERNANDO PEREGRINO é engenheiro mecânico, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e mestre e doutor em Engenharia de Produção, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fundador e ex-professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da UFRJ, Peregrino já foi secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro, presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Ciência e Tecnologia, membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e Analista de Ciência e Tecnologia do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Atualmente, é superintendente da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (Fundação COPPETEC) e vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES). Nesta entrevista, Peregrino destaca algumas conquistas obtidas com a sanção do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e as expectativas do Conselho, no que se refere à nova regulamentação.

Assessoria de Comunicação da FAPEX: Como o senhor descreveria o cenário político atual vivido pelas fundações?

Fernando Peregrino: O cenário vivido pelas fundações coincide com o de todo o sistema de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Vivemos as agruras de trabalhar em um setor estratégico para o País, onde cientistas, pesquisadores, técnicos e dirigentes têm de dedicar 50% de seu tempo para dar conta da burocracia e da falta de apoio e incentivo. Nos últimos 35 anos, avançamos muito, mas infelizmente os países com os quais concorremos, no mundo globalizado, avançaram muito mais. Veja o caso da produção científica, na qual ocupamos o 12º lugar; já em inovação, caímos para a 70ª posição.

ASCOM FAPEX: O que a Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, regulamenta? Quais artigos da norma merecem ser destacados?

Peregrino: Primeiro, quero dizer que o Marco é uma grande conquista dos agentes que participam do processo de inovação no País. Foram quatro anos de intensos debates, onde o CONFIES teve destacada participação. Por isso, gostaria de evidenciar o método de sua construção. Uma aliança ampla de setores que vão desde instituições de ciência básica, até empresas. Mais de 70 entidades subscreveram uma carta para sua aprovação por consenso, na Câmara e no Senado. Em segundo lugar, o chamado Marco Legal aprimorou oito leis existentes, como a Lei de Inovação, a das Fundações de Apoio, a Lei de Compras, a do Magistério, entre outras. Por exemplo, a legislação ampliou o tempo que um docente de dedicação exclusiva pode dar à atividade de pesquisa, em cooperação com o setor produtivo, passando de 240 para 416 horas. Nas compras para pesquisa de bens e serviços, além de defini-los, a nova norma liberou sua aquisição direta, sem a burocracia existente.

ASCOM FAPEX: O que mudou após a sanção do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação? Quais são as expectativas do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica?

Peregrino: Infelizmente, a Presidenta acolheu visões equivocadas de seus assessores e vetou cinco tópicos, alguns sem qualquer sentido, como o caso do veto do *caput* de um artigo (deixando seus parágrafos), que diz respeito ao ressarcimento das fundações de apoio pelo seu trabalho de gestão de convênios e contratos, o que daria maior agilidade gerencial às instituições de pesquisa, que também produzem bens finais, a exemplo da Fiocruz. Lamentavelmente, a mentalidade que domina o Estado brasileiro induziu a Presidenta a cometer esses erros. Estamos tentando corrigi-los com a ajuda de deputados, como Sibá Machado e Izalci Lucas, e de líderes de todos os partidos, na Câmara e no Senado. A proposta é derrubá-los em votação marcada pelo Presidente do Senado, no dia 8 de março.

ASCOM FAPEX: Como avalia as justificativas alegadas pela Presidenta Dilma Rousseff para realizar oito vetos ao Código de CT&I? Quais as consequências desses vetos para as fundações?

Peregrino: As justificativas partiram do princípio que o Marco Legal estava ampliando isenções tributárias, como no caso das importações de equipamentos para pesquisa em empresas. Fizemos um estudo sobre isso e verificamos que tais isenções não passam de 0,5% sobre toda a arrecadação tributária, incluindo as contribuições previdenciárias e o impacto dos incentivos já concedidos pelas Leis 8.010 e 8.032, não havendo ampliação de nenhum centavo. Ademais, vejo o exemplo do veto às bolsas para alunos de ICT privada. Tal erro incorre em discriminação prevista na Constituição, pois não pode haver distinção entre dois brasileiros na mesma situação, ou seja, aluno de universidade pública e privada. Neste caso, certamente haverá judicialização. O Governo, ao invés de trazer tranquilidade, trouxe insegurança aos agentes que participam da inovação no Brasil.

ASCOM FAPEX: Além de tentar derrubar os vetos, quais serão os próximos passos dados pelo CONFIES, com vistas a construir uma regulamentação coerente e adequada para Ciência, Tecnologia e Inovação?

Peregrino: O CONFIES pediu diretamente ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação – e para isso tem contado com apoio da Secretaria Nacional de Ensino Superior do MEC – que a regulamentação fosse unificada em um só decreto e contasse, para suas definições, com a participação das entidades, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI), Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP), Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e o próprio CONFIES. Amedronta-nos a possibilidade de o Decreto desmontar ou burocratizar o acesso aos benefícios importantes que o Marco Legal trouxe.

Identidade

Com 35 anos de existência, a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX) tem sua história ligada ao conhecimento e à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ao longo de sua história, apoiou centenas de projetos de relevância, contribuindo assim para o crescimento da produção científica baiana e brasileira.

Desde a sua criação, a FAPEX participa de projetos fundamentais para o desenvolvimento do Estado da Bahia, o que a tornou referência no apoio à gestão de projetos de pesquisa, criação e inovação, ensino, extensão e desenvolvimento institucional.

Visão

Ser reconhecida como instituição socialmente responsável na criação, inovação e gestão de programas e projetos, nas diversas áreas do conhecimento.

Missão

Apoio à geração e difusão do conhecimento científico e tecnológico, em benefício da sociedade, mediante a interação com parceiros públicos e privados, com foco na sua relação estratégica com a UFBA e com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Valores

Competência

Ética

Transparência

Interação

Responsabilidade Social

Objetivos estratégicos

Estreitar o relacionamento com as instituições apoiadas e financiadores.

Garantir agilidade e eficácia nos processos operacionais.

Assegurar a sua sustentabilidade financeira.

Formar e capacitar seu quadro de pessoal.

Implantar e monitorar indicadores de desempenho.

A FAPEX

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, registrada e credenciada junto aos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação como fundação de apoio. É também reconhecida pelos governos estadual e municipal como instituição de utilidade pública.

A FAPEX foi criada em 1980, por iniciativa de alguns professores da UFBA, com a colaboração de grupos econômicos baianos, para apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

Estrutura Organizacional

15

A FAPEX está organizada em estruturas de deliberação, fiscalização e administração, representadas respectivamente pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o seu Estatuto, os ocupantes dessas estruturas são prioritariamente vinculados à Universidade Federal da Bahia, os quais não recebem nenhum tipo de remuneração, seja lucro, gratificação, bonificação ou qualquer outra vantagem.

A seguir, apresentam-se as diferentes instâncias organizacionais da Fundação e seus respectivos membros, em 31 de dezembro de 2015.

Conselho Deliberativo

Prof. João Carlos Salles Pires da Silva
Reitor da UFBA e Presidente do Conselho

Prof. Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Reitor da UFRB e Vice-Presidente do Conselho

Prof. Eduardo Luiz Andrade Mota
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento,
PROPLAN, UFBA

Prof. Olival Freire Júnior
Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação,
PROPICI, UFBA

Prof. Olival Freire Júnior
Acumulando o Cargo de Pró-Reitor de Pós-Graduação,
PRPG, UFBA

Profa. Fabiana Dultra Britto
Pró-Reitora de Extensão, PROEXT, UFBA

Profa. Rosineide Pereira Mubarak Garcia
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação,
Ciência e Inovação, PPGCI, UFRB

Prof. Tatiana Ribeiro Velloso
Pró-Reitora de Extensão, PROEXT, UFRB

Prof. Antônio Fernando de Souza Queiroz
Representante da Comunidade de Pesquisadores, UFBA
Representante da Comunidade Extensionista,
UFBA - vago

Prof. Vital Pedro da Silva Paz
Representante da Comunidade de Pesquisadores, UFRB

Prof. Wilson Rogério Penteado Júnior
Representante da Comunidade de Extensionista, UFRB

Dr. Carlos Alberto Vieira Lima
Representante da Comunidade Externa - SINDUSCOM/
Sindicato da Indústria da Construção. Civil

Suplentes

Prof. Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Vice-Reitor da UFBA e Presidente

Profa. Georgina Gonçalves dos Santos
Vice-Reitora da UFRB e Vice-Presidente

Prof. Ajax Mercês Atta
Representante Comunidade de Pesquisadores, UFBA
Representante da Comunidade Extensionista,
UFBA - vago

Profa. Ana Cristina V. L. Dantas
Representante da Comunidade de Pesquisadores, UFRB

Profa. Ana Carolina Fialho da Silva
Representante da Comunidade Extensionista, UFRB

Prof. Amilcar Baiardi
Representante da Comunidade Externa,
Universidade Católica de Salvador (UCSal)

Conselho Fiscal

**Profs. Ubiratã Batista Pereira/
Dilson Cerqueira da Silva**
Presidente/UFBA

**Profs. Marco Antônio N. Fernandes/
Gilca Garcia de Oliveira, UFBA**

**Profs. Lielson Antônio de A. Coelho/
Lívio Andrade Wanderley, UFBA**

Suplentes

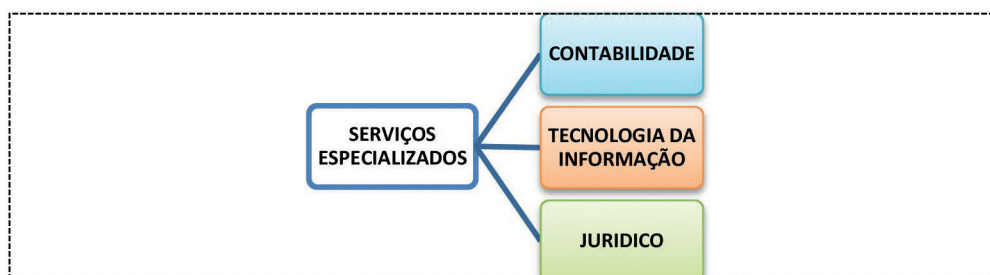
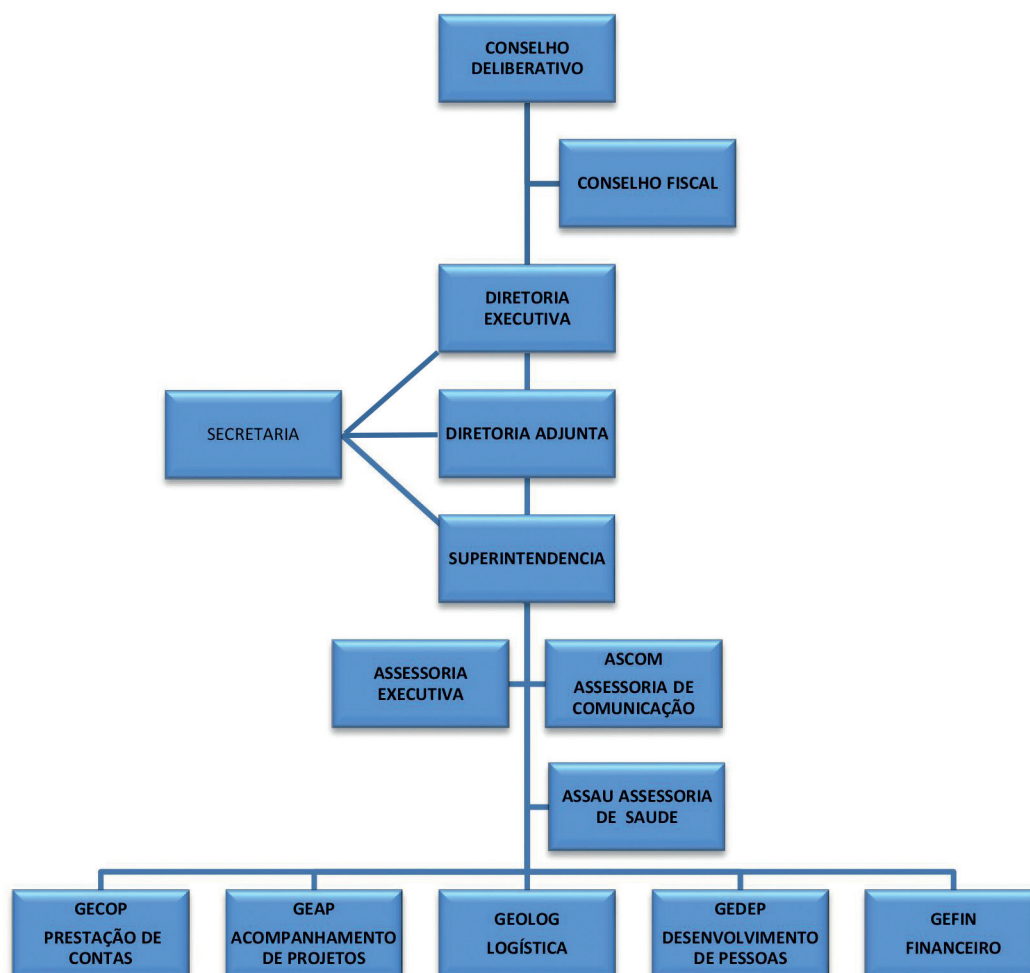
Prof. Celso Tavares Ferreira, UFBA
Prof. Adelmir de Souza Machado, UFBA

Órgão Executivo

Dr. Marcelo Veras
Diretor Executivo

Profa. Nádia Andrade Ribeiro
Diretora Adjunta

Admª Maria Virgínia F. de Araújo
Superintendente



Gerenciamento de projetos

A FAPEX participa da elaboração, análise e adequação da proposta orçamentária de todos os projetos, cuja aprovação pelos órgãos financiadores assegura o início do apoio administrativo-financeiro da Fundação.

Em 2015 foram aprovados 64 projetos, correspondentes a 36,63% a menos que em 2014, envolvendo um total de recursos da ordem de R\$ 33.279.895,58, representando um decréscimo de 43,76% em relação ao ano anterior, conforme **Tabela 1**.

Tabela 1 – Comparativo de projetos aprovados em 2014 e em 2015

Projetos	2014	2015	Variação %
Aprovados (qtde)	101	64	-36,63
Recursos (R\$)	59.171.196,54	33.279.895,58	-43,76

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Projetos

A **Tabela 2** mostra que a FAPEX gerenciou 367 projetos em 2015 o que, comparativamente ao ano anterior, representou um acréscimo de 46 projetos.

Vale destacar que do total de projetos apoiados, 311 foram da UFBA, o que equivale a 84,74% do total das atividades de pesquisa, cursos e outras atividades de extensão e desenvolvimento institucional gerenciados.

Tabela 2 - Gerenciamento de projetos: comparativo entre 2014 e 2015

Execução	2014	%	2015	%
UFBA	264	82,24%	311	84,74%
UFRB	27	8,41%	33	8,99%
OUTROS	30	9,35%	23	6,27%
Total	321	100,00%	367	100,00%

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Projetos

Como se pode observar na **Tabela 3**, a seguir, a distribuição da quantidade de projetos por atividade em 2015 mostra, assim como em 2014, que as atividades de pesquisa se destacaram com 45,78% de todos os projetos gerenciados, dado significativo na produção do conhecimento pelas instituições apoiadas pela FAPEX.

Tabela 3 - Projetos por Atividade

Atividade	2014	%	2015	%
Pesquisa	142	44,24	168	45,78
Extensão*	101	31,46	125	34,06
Serviços	64	19,94	58	15,80
Eventos	13	4,05	15	4,09
Desenvolvimento Institucional	1	0,31	1	0,27
TOTAL	321	100,00	367	100,00

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Projetos

Legenda: *Cursos *lato sensu* e demais atividades acadêmicas de extensão.

Nas **Tabelas 4 e 5**, vê-se o montante de recursos recebidos pela FAPEX por atividade desenvolvida em 2014 e 2015, respectivamente. O cenário de dificuldades que o país enfrentou em 2015, ainda presente, impactou negativamente no número de novos projetos e no montante de recursos aportados, conforme indica a Tabela 1.

Conclui-se, portanto, que o fator que mais contribuiu para a redução do número de novos projetos e do total de recursos, sobretudo para pesquisa em 2015, foi o contingenciamento ou corte no orçamento público, principal fonte de financiamento de pesquisa no país. Tal situação pode ser observada pela análise do volume de recursos recebidos em 2014 e 2015, que resultou numa retração de 36,75%, conforme se evidencia na **Tabela 6**.

Acrescente-se a isso o atraso ou mesmo a não liberação de recursos previstos nos planos de trabalho de projetos em execução/andamento, pelo menos desde o ano anterior, principalmente daqueles de pesquisa e extensão.

Tabela 4 - Recursos recebidos em 2014 (R\$)

Atividade	UFBA	UFRB	OUTROS	Total Geral	%
Pesquisa	33.816.880,98	2.959.358,17	734.236,92	37.510.476,07	51,97
Extensão	23.685.002,49	1.564.162,74	25.560,00	25.274.725,23	35,02
Serviços	4.185.583,48	65.208,00	3.246.066,72	7.496.858,20	10,39
Desenvolvimento Institucional	1.267.500,00	0,00	0,00	1.267.500,00	1,76
Eventos	402.760,00	0,00	220.843,04	623.603,04	0,86
Total	63.357.726,95	4.588.728,91	4.226.706,68	72.173.162,54	100

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Projetos

Tabela 5 - Recursos recebidos em 2015 (R\$)

Atividade	UFBA	UFRB	OUTROS	Total Geral	%
Pesquisa	20.283.507,11	0,00	464.401,57	20.747.908,68	45,45
Extensão	17.808.502,34	1.408.752,54	0,00	19.217.254,88	42,09
Serviços	3.845.122,21	150.200,00	708.175,91	4.703.498,12	10,3
Desenvolvimento Institucional	872.500,00	0,00	0,00	872.500,00	1,91
Eventos	91.199,92	0,00	20.000,00	111.199,92	0,24
Total	42.900.831,58	1.558.952,54	1.192.577,48	45.652.361,60	100

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Projetos

Observa-se que, na esfera federal e na estadual (**Tabela 6**), houve uma redução considerável de recursos públicos para financiamento de pesquisa, inovação e extensão. A exceção ficou por conta de recursos públicos municipais, onde a Prefeitura de Salvador investiu cerca de R\$ 507.378,07 em um novo projeto na área de Educação, contra apenas R\$ 80.420,00 de financiamento no ano anterior, oriundos do município baiano de Irecê.

Em contraponto, a esfera privada apresentou uma redução de 25,03%, consideravelmente menor que a redução ocorrida na esfera pública. O destaque em 2015 ficou por conta dos investimentos de recursos internacionais para pesquisa, com um aumento de 43,05% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 6 - Recursos recebidos por esfera (R\$)

Esfera	2014	%	2015	%	Variação
Federal	50.815.076,15	70,41	29.970.473,88	65,65	-41,02
Estadual	9.693.787,39	13,43	4.678.782,86	10,25	-51,73
Municipal	80.420,00	0,11	720.358,08	1,58	795,74
Privada	9.236.310,12	12,8	6.924.527,17	15,17	-25,03
Internacional	2.347.568,88	3,25	3.358.219,61	7,36	43,05
Total	72.173.162,54	100	45.652.361,60	100	-36,75

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Projetos

Ações na área de saúde - contrato UFBA/FAPEX recursos do SUS

A FAPEX presta apoio administrativo-financeiro às atividades de ensino, pesquisa e assistência desenvolvidas nos hospitais universitários e em ambulatório e laboratórios das unidades de ensino da Universidade Federal da Bahia, desde 1992, por meio de recursos do Ministério da Saúde, repassados por meio de contrato firmado entre a UFBA e a FAPEX.

Em 2015, foi repassado um total de R\$ 84.351.923,80, distribuídos conforme **Tabela 7**.

A Lei 12.550/2011 criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a qual vem prestando apoio ao processo de gestão dos hospitais das Universidades Federais, o que anteriormente vinha sendo realizado pelas Fundações de Apoio, no caso a FAPEX. A finalização desse apoio foi iniciada em janeiro de 2015, com a desmobilização de pessoal contratado por esta Fundação, para atividades meio e fim dos hospitais. Nesse contexto, a Portaria nº 1.163/2015 do Ministério da Educação estabeleceu a data de 31 de dezembro de 2016 como prazo máximo para que os serviços prestados pelas fundações de apoio passem a ser plenamente efetivados pela EBSERH.

Dessa forma, espera-se que a falta de repasse de recursos financeiros contratuais pela UFBA e consequente quitação de débito com a FAPEX seja regularizado, conforme Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2015 e Parecer de Auditoria Independente.

Tabela 7 - Recursos recebidos por unidade de saúde (R\$)

UNIDADE	2014	%	2015	%	Variação %
HAN[1]	71.229.301,28	56,28	57.953.582,14	68,70	-18,64
HUPES[2]	35.950.061,36	28,40	11.772.824,32	13,96	-67,25
MCO[3]	13.556.968,75	10,71	8.891.136,21	10,54	-34,42
FFAR[4]	1.778.350,68	1,41	1.787.456,90	2,12	0,51
FO[5]	254.608,00	0,20	194.644,07	0,23	-23,55
ICS[6]	3.802.988,95	3,00	3.752.280,16	4,45	-1,33
TOTAL	126.572.279,02	100	84.351.923,80	100	-33,36

Fonte: Assessoria de Saúde

Legenda: [1] Hospital Ana Nery, [2] Hospital Universitário Professor Edgard Santos,

[3] Maternidade Climério de Oliveira, [4] Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Farmácia,

[5] Ambulatório da Faculdade de Odontologia, [6] Laboratório de Imunologia do Instituto de Ciências da Saúde.

Compras

A FAPEX realiza compras de bens e serviços para os projetos por ela apoiados, como também atende às demandas internas da Fundação, observando procedimentos e aspectos legais que envolvem cada etapa dos processos de aquisição.

Em 2015, foi adquirido um total de 2.068 bens e serviços por grupo, 14% a menos que em 2014, como pode ser observado na **Tabela 8**. Cabe ressaltar que esses dados não refletem de forma integral o total de itens comprados, mas apenas o quantitativo de aquisições contendo itens agrupados por Ordens de Fornecimento emitidas.

Esse percentual de retração de compras em 2015 corrobora dados já citados anteriormente, no que tange à redução do aporte de recursos para financiamento de projetos, principalmente aqueles provenientes da esfera pública, com referência ao mesmo período anterior (**Tabelas 1, 5 e 6**).

Tabela 8 - Bens e serviços adquiridos*

Por grupo de materiais e serviços	2014	%	2015	%	% Variação
Material de consumo	953	39,58	773	37,38	-18,89
Máquinas e equipamentos	386	16,03	334	16,15	-13,47
Equip. de proteção individual -EPIs	9	0,37	1	0,05	-88,89
Material de laboratório	284	11,79	248	11,99	-12,68
Passagens	2	0,08	4	0,19	100,00
Hospedagens	75	3,11	71	3,43	-5,33
Eventos	32	1,33	27	1,31	-15,63
Serviços contratados	667	27,70	610	29,50	-8,55
TOTAL	2.408	100,00	2.068	100,00	-14,12

Fonte: Gerência de Logística

Legenda: (*) Por quantidade de Ordens de Fornecimento emitidas

A partir da **Tabela 9**, podem ser feitas duas análises importantes acerca dos processos licitatórios executados pela Fundação, ainda que tenha havido uma redução significativa de 47% em relação ao total de licitações realizadas, comparando-se ao ano anterior.

A primeira se refere à modalidade de licitações. A Diretoria da FAPEX deliberou que, a partir de 1º de janeiro de 2015, não mais seriam realizados certames licitatórios sob a forma de Pregão Presencial, passando todos a serem eletrônicos, salvo em situações de excepcionalidade e devidamente justificadas. Certamente, tratou-se de decisão acertada e de alto impacto para a aquisição de bens e serviços por meio de melhores propostas de qualidade e preço.

Nesse contexto, observa-se que não houve realização de pregões presenciais no exercício, cujo indicador negativo máximo resultou relevante para a FAPEX.

A segunda análise, apesar da diminuição de quase 50% no total das licitações, não reflete de forma absoluta a falta de recursos de financiamento, mesmo diante de um quadro adverso em 2015. Tal resultado está diretamente relacionado ao advento do Decreto nº 8.241/2014, que alterou o artigo 3º, da Lei nº 8.958/1994, que dispõe sobre:

[...] a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio no âmbito de projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, em apoio às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas- ICT.

Ao admitir, em seu artigo 26, a contratação direta, dispensando licitações e estabelecendo critérios e valores para compras e contratações de bens e serviços, isso contribuiu para a queda do número de licitações realizadas.

Tabela 9 - Licitações

Licitações por modalidade	2014	%	2015	%	% Variação
Pregão eletrônico	10	11,36	45	98	350,00
Tomada de preços	4	4,55	1	2	-75,00
Pregão presencial	74	84,09	0	0	-100,00
TOTAL	88	100,00	46	100,00	-47,73

Fonte: Gerência de Logística

Já nos processos de importação houve, conforme a **Tabela 10**, uma redução de 45% em relação a 2014, resultado que acompanhou a retração de recursos recebidos em 2015, conforme já destacado na **Tabela 6**, apesar de que a queda dos valores envolvidos não acompanhou a mesma proporção.

Tabela 10 - Importações

Processos de importação	2014	2015	% Variação
Número de importações	60	33	-45,00
Valores em R\$	7.067.774	6.213.219	-12,09

Fonte: Gerência de Logística

Prestação de Contas

A gestão administrativo-financeira de projetos se encerra quando o processo de prestação de contas é concluído.

As **Tabelas 11 e 12** apresentam as prestações de contas realizadas em 2015 e o comparativo em relação ao exercício anterior, com destaque para o aumento de 21% no número de projetos encerrados e que tiveram suas prestações de contas encaminhadas aos financiadores; também se evidencia a redução no volume de recursos nelas envolvidos, da ordem de R\$ 7.644.067,53, correspondentes a 12,13%. Observa-se ainda que os projetos executados pela UFBA representaram cerca de 90% do total.

Tabela 11 - Prestação de contas finalizadas

Executores	2014	%	2015	%	Variação %
UFBA	61	85,9	77	89,5	26,2
UFRB	5	7,0	7	8,1	40,0
OUTROS	5	7,0	2	2,3	-60,0
Total	71	100	86	100	21,13

Fonte: Gerência de Prestação de Contas

Tabela 12 - Prestações de contas - volume de recursos contratados (R\$)

Executores	2014	%	2015	%	Variação %
UFBA	61.254.507,39	97,23	54.063.545,44	97,67	-11,7
UFRB	1.468.311,87	2,33	940.306,35	1,70	-36,0
OUTROS	274.960,00	0,44	349.860,00	0,63	27,2
Total	62.997.779,26	100,00	55.353.711,79	100,0	-12,13

Fonte: Gerência de Prestação de Contas

Balanço social

Tabela 13 - Balanço social 2015

BASE DE CÁLCULO	VALOR – R\$
Folha de pagamento bruta (FPB)	4.712.759,42
Folha de pagamento líquida (FPL)	2.018.018,48
INDICADORES SOCIAIS	QUANTITATIVO
Alimentação	633.770,72
Auxílio-creche	10.300,00
Saúde	858.862,15
Transporte	158.248,60
Seguro de vida	4.532,84
INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	QUANTITATIVO
Empregados em 31.12.2015	96
Homens que trabalham na empresa	38
Mulheres que trabalham na empresa	58
ROTATIVIDADE	QUANTITATIVO
Empregados em 01.1.2015	116
Admissões no período	7
Demissões no período	27
Crescimento	-20
TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO À EMPRESA	QUANTITATIVO
Empregados com mais de 20 anos na empresa	12
Empregados entre 16 a 20 anos na empresa	9
Empregados entre 11 a 15 anos na empresa	4
Empregados entre 5 a 10 anos na empresa	39
Empregados há menos de 5 anos empresa	32
GRAU DE ESCOLARIADA	QUANTITATIVO
Empregados com pós-graduação	16
Empregados com nível superior	47
Empregados com nível médio	27
Empregados com ensino fundamental	6
FAIXA ETÁRIA	QUANTITATIVO
Empregados abaixo dos 20 anos de idade	1
Empregados entre 20 e 30 de idade	14
Empregados entre 31 e 40 de idade	42
Empregados entre 41 e 50 de idade	20
Empregados entre 51 e 60 de idade	15
Empregados acima de 60 anos de idade	4
INFORMAÇÕES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,94
Segurança e medicina do trabalho	sim
Total de acidentes de trabalho	0
Participação em projetos sociais e ambientais	sim

Fonte: Gerência de Desenvolvimento de Pessoal

Projetos em destaque 2015

Estudo aumenta oportunidades de pesquisas e desenvolvimento tecnológico na área de elevação de petróleo

Projeto: Estudo de Vibração em Sistemas BCP
Coordenador: Prof. Dr. Leizer Schnitman
Escola Politécnica - UFBA

Motivado pela constatação de problemas reais de vibração do sistema de elevação por Bombeio por Cavidades Progressivas (BCP¹) e pela ausência de pesquisas relacionadas ao assunto, foi criado o projeto *Estudo de Vibração em Sistemas BCP*. O BCP é um método de elevação, usualmente aplicado na produção de óleos em condições severas, como poços com grandes teores de areia, óleos viscosos ou ambientes muito corrosivos. Adicionalmente, a vibração em conjuntos BCP é um problema cotidiano na indústria de petróleo e o uso de âncoras e de centralizadores surgiu para minimizar os efeitos da vibração.

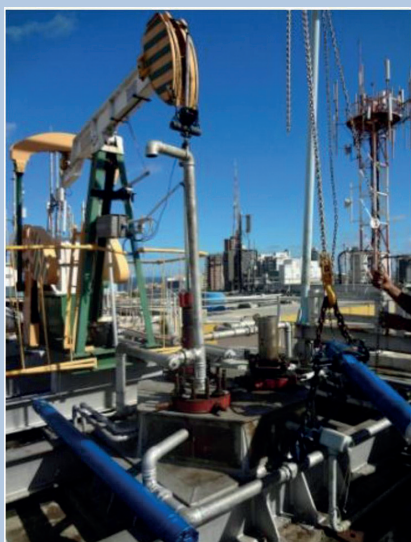
Semelhante aos demais projetos oriundos do Centro de Capacitação Tecnológica em Automação Industrial da Universidade Federal da Bahia (CTAI/UFBA), o estudo teve origem nas discussões técnicas sobre problemas de vibração nos sistemas BCP, realizadas entre os engenheiros da Unidade Operacional da Petrobras na Bahia (UO-BA) e as equipes do referido Centro. Destas discussões, foi elaborado um projeto de parceria, aprovado pela Petrobras. O início formal das atividades ocorreu aproximadamente 18 meses após as primeiras discussões, com a assinatura de um termo de cooperação técnico-científica pela UFBA, Petrobras, Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), firmado em 21 de setembro de 2015.

A infraestrutura disponível no CTAI/UFBA, as variáveis operacionais controladas e a obtenção de parâmetros mais próximos do funcionamento real de um poço de produção de petróleo tornaram o projeto singular na visão da academia e da indústria. Diferente de outros métodos de elevação, bem documentados na literatura e com as práticas recomendadas pela API², entende-se que os resultados desse projeto somam informações importantes e inéditas na análise de vibração em sistemas BCP, com pleno potencial de aplicação prática no contexto da produção na indústria.

A equipe técnica é formalmente composta por 4 professores da UFBA, 4 alunos de doutorados, 3 alunos de mestrados, 3 alunos de iniciação científica, 1 servidor técnico/administrado

¹ O bombeio por cavidades progressivas é um dos mais recentes entre os métodos típicos de elevação e, portanto, o de menor acúmulo de experiência e domínio tecnológico.

² O Instituto Americano de Petróleo é a maior associação comercial dos EUA para a indústria de petróleo e gás natural.



UFBA, 1 técnico CLT e 1 pesquisador externo (mestre e engenheiro aposentado da UO-BA/Petrobras). O projeto está inserido, predominantemente, nas Engenharias e áreas afins. Na execução do projeto, o estudo conta com especialistas em Engenharia Elétrica, Mecânica, Mecatrônica, Computação e Petróleo.

A equipe técnica alocada no CTAI/UFBA é apoiada pela Unidade Operacional da Bahia, pela Unidade Especializada de Mossoró e pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CENPES/Petrobras). Ademais, algumas empresas fornecedoras da Petrobras são parceiras e facilitadoras no fornecimento de partes para o desenvolvimento do projeto no CTAI/UFBA, com especial destaque para a Netzsch, fabricante de bombas e conjuntos BCP.

O projeto tem como objetivo principal o desenvolvimento de estudos de vibração em sistemas BCP, considerando a relação entre diferentes vazões e profundidades, especialmente tratando a questão da ancoragem e o uso de centralizadores. Para tanto, o projeto requer adaptação da infraestrutura, para capacitar o laboratório a realizar experimentos e testes relacionados à análise de vibração.

Um segundo objetivo, não menos importante, é a análise modal (modos de vibração) dessa estrutura. Como objetivo final, pretende-se desenvolver conhecimento e experiência para que os resultados obtidos no CTAI/LEA (Laboratório de Elevação Artificial) possam ser levados para poços reais, em campos de produção.

O projeto é viabilizado pela Petrobras, por meio da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997), cujo objetivo é estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fiscaliza o cumprimento da cláusula de P&D, mediante a análise dos projetos contratados pelas empresas petrolíferas.

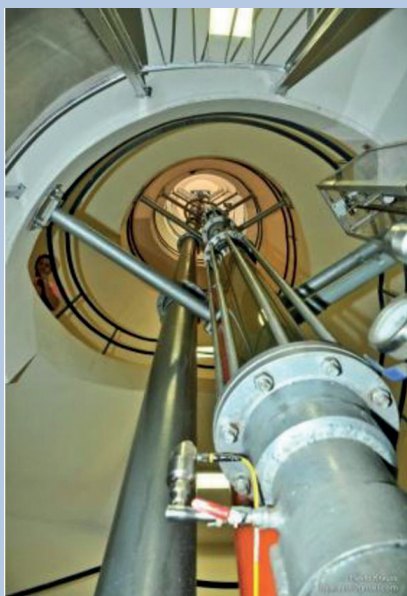
O orçamento é originalmente proposto pelo professor coordenador, revisado pela FAPEX e integra o projeto técnico submetido para avaliação. Nos convênios UFBA/Petrobrás/FAPEX, a Universidade, representada pelo professor coordenador do projeto, é responsável pelo desenvolvimento da parte técnica, enquanto a FAPEX é responsável pela prestação de contas financeira.

Integram este projeto quatro ações fundamentais: levantamento do estado da arte e definição dos experimentos; instalação da coluna BCP no LEA; testes e validação experimental; e, por fim, a análise e conclusões. Dentre essas ações, especificaram-se 14 atividades para execução do projeto, ao longo de um cronograma de 24 meses. Adicionalmente, o projeto conta com um mecanismo de acompanhamento de execução da própria Petrobras. Um conjunto de relatórios técnicos e gerenciais é elaborado para verificar a execução do cronograma e os resultados obtidos.

“Espera-se com esse estudo gerar uma documentação técnica que trate de modelos para análise de vibração de BCP e indique possíveis regiões ‘proibidas’, onde o fenômeno da vibração pode provocar danos ou comprometer a vida útil do sistema. Pode-se destacar que o BCP é utilizado na indústria de petróleo e também em diversas outras indústrias, por exemplo, na movimentação de fluidos viscosos”, afirmou o coordenador Leizer Schnitman.

Vale destacar que o projeto aumentará significativamente a abrangência de atuação do LEA/CTAI/UFBA quanto ao domínio e à oferta de oportunidades de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, na área de elevação de petróleo. Pretende-se, com essa iniciativa, qualificar a equipe técnica para o desenvolvimento de expertise sintonizada com a demanda e as necessidades da indústria, proporcionando capacitação dos estudantes de graduação e pós-graduação na área de exploração e automação de plantas de petróleo.

A construção e a operação da coluna BCP impulsionará a continuidade de projetos e estudos que o LEA/CTAI/UFBA desenvolve em parceria com a Petrobras em métodos de elevação artificial de petróleo. Essa plataforma será útil à validação prática de modelos e à evolução do conhecimento aplicado, bem como ao desenvolvimento de técnicas, equipamentos e sistemas integrados de produção. Finalmente, este projeto visa também a incentivar, utilizando o sistema BCP, novos projetos experimentais que favoreçam a inovação e as atividades de desenvolvimento tecnológico e de pesquisa.



De acordo com Leizer Schnitman, em virtude do ineditismo do estudo, todos os resultados obtidos, quaisquer que sejam, serão importantes. “A aquisição de conhecimento técnico por parte da equipe da UFBA/CTAI e a instalação/operação desta nova coluna BCP (já temos outras duas funcionando, mas associadas a outros métodos que não BCP), são as principais expectativas. Uma vez funcionando, inclusive, essa coluna BCP certamente será utilizada em futuros projetos e estudos de interesse da comunidade acadêmica e industrial”, complementou. Para o ano de 2016, as ações do projeto estão voltadas para a implantação da coluna BCP no LEA/CTAI/UFBA e os primeiros testes operacionais.

Projeto aumenta qualificação dos professores de arte da rede municipal de Salvador

Projeto: Arte no currículo
Coordenadora: Profa. Dra. Beth Rangel
Escola de Dança - UFBA

Fruto do convênio entre a Secretaria Municipal da Educação (SMED/PMS) e a Universidade Federal da Bahia, o projeto *Arte no Currículo* tem o objetivo de qualificar e potencializar o processo artístico-educativo no âmbito da Educação Básica, na cidade de Salvador. A iniciativa conta com a realização e coordenação da Escola de Dança da UFBA e envolve a comunidade das escolas da rede municipal que trabalham com Arte nos seus Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC).

A equipe de trabalho é formada por uma coordenação geral e específica das linguagens, 6 professores da UFBA, 13 professores especialistas, 4 consultores artísticos, 13 mediadores bolsistas da pós-graduação e 7 estagiários, todos alunos dos cursos de licenciatura e das Escolas de Dança, Teatro, Música e Educação. Os recursos advêm da Secretaria da Educação, da Prefeitura Municipal de Salvador, e a interveniência administrativo-financeira do projeto está sob a responsabilidade da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão.

A iniciativa, coordenada pela professora Beth Rangel, propõe uma articulação do projeto de pesquisa *Práticas Colaborativas em Contextos Artísticos e Educativos em Dança*, apresentado pela professora Rita Aquino, também Vice-Coordenadora do Projeto, ao Programa de Pós-Graduação em Dança.

Atualmente, a SMED conta com 147 professores de Artes Plásticas, 56 professores de Dança, 82 professores de Música e 47 professores de Teatro, cujo trabalho beneficia diretamente mais de 30 mil crianças e adolescentes de toda cidade de Salvador. A ideia do projeto é beneficiar alunos do Ensino Básico (da 1ª a 9ª séries) e 100% dos professores.

As atividades tiveram início em setembro de 2015, seguindo-se no último trimestre deste ano letivo com três ações diagnósticas estruturantes: Ciclo de Formação Continuada de Professores, Mediação Artístico-Educativa nas Escolas e Mostra de Arte e Educação, cujos objetivos gerais foram: identificar os sujeitos (professores e estudantes), os contextos (escolas) e os conhecimentos (teorias e práticas em processos artístico-pedagógicos) de Dança, Música e Teatro presentes na rede municipal de Educação, além da visibilidade dos resultados apresentados.



Estabeleceram-se como objetivos específicos do projeto:

- Em relação aos sujeitos da ação: reconhecimento, valorização e empoderamento dos professores de Arte da rede municipal; reconhecimento e valorização dos estudantes da rede municipal como corpos-sujeitos, com necessidade de formação integral e potencialidades específicas a serem estimuladas e desenvolvidas.
- Em relação aos contextos: identificação e busca de melhores condições de trabalho em termos estruturais, no que se refere a espaços, equipamentos e materiais para o desenvolvimento de aulas e processos artístico-educativos.
- Em relação aos conhecimentos: atualização e alinhamento de conhecimentos dos professores de artes da rede municipal de Educação; ressignificação da proposta do ensino de Arte no currículo das escolas municipais de Salvador; e mapeamento das práticas artístico-educativas com fins de sua valorização e fomento.



Pressupondo que processos de criação artística podem constituir processos de ensino-aprendizagem, o projeto *Arte no Currículo* identificou princípios norteadores de atitudes, comportamentos e procedimentos que referendam a dialogia entre o processo formativo e o artístico. São eles: a experimentação estética e a vivência artística como possibilidade de desenvolvimento do fazer, sentir e pensar na educação integral; o exercício da indissociabilidade entre teoria e prática

pedagógica; o estímulo à experiência articulada com referenciais do ambiente sociocultural, na perspectiva da construção de um conhecimento contextualizado; a exploração de espaços de aprendizado não convencionais, que ampliem o sentido de educação, na relação entre o corpo e a cultura; a investigação e a sistematização de processos artístico-educativos como processos de ensino-aprendizagem; a formação e educação integral, com base em princípios estéticos e éticos, contribuindo para o a formação cidadã e o comprometimento com a cidadania de crianças e adolescentes.

Durante o Ciclo de Formação Continuada de Professores, realizado em setembro de 2015, organizaram-se seis turmas com 157 professores de Dança, Música e Teatro. Cada turma recebeu 20 horas de curso, totalizando 120 horas de qualificação artística e profissional. Nessa etapa, realizou-se ainda uma edição de Seminário Formativo de Diretores das Escolas da rede municipal, que contou com a participação de 53 diretores.

Nos meses de outubro e novembro, ocorreu a Mediação Artístico-Educativa, quando 150 escolas foram visitadas por 12 estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) que desempenharam a função de mediadores; por meio de um diálogo colaborativo, de cunho pedagógico e artístico, obtiveram resultados pessoais e relacionais, que revelaram condições estruturais, metodologias e processos artístico-educativos das escolas.

Em novembro, realizou-se, no Complexo Cultural da Barroquinha/ Teatro Gregório de Matos, a Mostra de Arte e Educação. O evento contou com 56 apresentações, que resultaram de processos artísticos e educativos de 43 escolas, resultantes da participação de 1.100 alunos e professores da rede municipal.

Segundo a coordenadora do projeto, professora Beth Rangel, é importante privilegiar esses alunos e professores com atenção e formação integral de qualidade, que abranja a dimensão pessoal, sociocultural, política, ética e estética, de modo a possibilitar melhores condições de participação nos seus ambientes, seja escolar, familiar, social, seja como cidadão em formação ou como profissional representativo.

“Propomos nesse projeto que a arte seja considerada não apenas uma estratégia metodológica, mas uma experiência estética estruturante que viabilize o fazer/sentir/pensar do ato pedagógico. Na perspectiva da educação integral, não podemos desconhecer o potencial da arte enquanto área de conhecimento e a sua contribuição na constituição de corpos-sujeitos, em processos de formação e transformação, em especial de crianças e adolescentes”, salientou Beth Rangel.

Entre os outros resultados esperados com essa iniciativa estão a revisão dos marcos de aprendizagem da arte; o mapeamento e a categorização dos processos e práticas artístico-educativas desenvolvidas no âmbito da rede municipal de Educação de Salvador, com vistas a considerá-los a partir de suas especificidades; a identificação e visibilidade dos produtos e grupos de arte e educação das escolas; e a potencialização das dimensões artísticas de todos os estudantes.

Projeto busca concretizar Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na Bahia

Projeto: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANE
Coordenador: Prof. Dr. Ferlando Lima Santos
 Centro de Ciências da Saúde - UFRB

O projeto *Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar* (CECANE) foi concebido com o intuito de promover a consolidação de políticas públicas em alimentação e nutrição e garantir o direito à alimentação adequada, no ambiente escolar dos municípios da área de abrangência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), observando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O CECANE, em parceria com o Curso de Nutrição do Centro de Ciências da Saúde da UFRB e a Coordenação Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação (MEC), pretende contribuir



com a promoção de hábitos alimentares saudáveis nas instituições públicas e filantrópicas, atendidas pelo referido programa nas cidades do Recôncavo e das regiões circunvizinhas.

Criado pelo professor Ferlando Lima Santos, em atendimento ao edital do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o projeto tomou como referencial o CECANE/UFBA, iniciativa resultante de parceria iniciada em 20 de novembro de 2006, entre o FNDE e a UFBA, por meio da Escola de Nutrição, que se comprometeu a prestar apoio técnico e científico ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa, por sua vez, configura-se como uma política que abraça diversas ações, atores sociais e comunidade escolar, envolvidos com a alimentação e a nutrição de crianças e adolescentes em fase escolar.

O projeto, que conta com o apoio institucional dos pesquisadores integrantes dos cursos de Nutrição da UFRB, teve início em dezembro de 2015, com a assinatura do TED entre a FNDE, a Universidade e a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX).

A equipe de trabalho é composta pelo coordenador de Gestão, professor Ferlando Lima Santos, pela subcoordenadora, professora *Michele Dantas Soares* e pelos professores Sheila Brito Bárbara Eduarda Panelli Martins, Larissa Tannus Rebouças, todos docentes do *curso de Nutrição da UFRB*. O FNDE é o principal parceiro e financiador do projeto.

Estão incluídos na programação do CECANE/UFRB encontros presenciais de formação, em municípios-polo, com duração de dois dias cada (aproximadamente 16 horas). Os municípios que sediarão os encontros serão definidos posteriormente, levando-se em consideração fatores como fácil acesso, hospedagem, estrutura para realização dos encontros, disponibilidade do município e outros que se fizerem necessários.

Ademais, o projeto conta com acompanhamento, assessoramento e a assistência técnica, a partir de um diagnóstico situacional, procedido de orientação/capacitação dos atores envolvidos no Programa Nacional de Alimentação Escolar, com vistas ao seu aprimoramento. Para tanto, a metodologia a ser utilizada na assessoria deverá seguir os passos indicados:

1. Seleção dos municípios, pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação (COMAV/CGPAE);
2. Seleção e contato com os municípios que terão participação na capacitação presencial;
3. Atividades prévias à visita às entidades executoras (diagnóstico realizado por meio de fonte secundária e levantamento de dados, como: situação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), da Responsabilidade Técnica (RT) e da Prestação de Contas);
4. Realização das atividades de campo por meio de reuniões (inicial e final) com os atores envolvidos, visita às escolas, aplicação de questionários, orientações e capacitação do pessoal da entidade executora visitada e, ao menos, de cinco municípios vizinhos, com a participação de, no mínimo, quatro representantes de cada um deles;

5. Assessoria à distância e sequencial, por meio de telefone e *e-mail*, visando a apoiar as entidades visitadas no desenvolvimento dos trabalhos, a fim de aprimorar a execução do PNAE;
6. Processamento e análise de dados;
7. Envio de relatórios ao FNDE.

As ações do CECANE/UFRB tiveram início em dezembro de 2015 e tem seu término previsto para novembro de 2016. São elas:

- Monitoramento e assessoria para execução do PNAE ao Estado e a municípios baianos, por meio de apoio técnico e operacional aos atores sociais envolvidos no Programa, com o intuito de melhorar a sua execução;
- Formação de nutricionistas como responsáveis técnicos, pertencentes ao quadro de pessoal envolvido com a execução do PNAE, objetivando o seu aperfeiçoamento desse Programa no âmbito dos municípios baianos, em polos;
- Formação de conselheiros da alimentação escolar dos municípios do Estado da Bahia sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a fim de garantir a ampliação e o aprofundamento dos conhecimentos sobre a gestão e execução do Programa e o papel dos Conselhos de Alimentação Escolar.

A iniciativa beneficiará a comunidade escolar envolvida com a alimentação e a nutrição de escolares, mas especificamente as crianças e adolescentes. Indiretamente, o projeto favorecerá, também, os gestores municipais, os nutricionistas e os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

“Espera-se com o CECANE/UFRB não só prestar apoio técnico, acadêmico e operacional na implantação da alimentação saudável nas escolas, bem como desenvolver outras ações pertinentes à boa execução do PNAE, de modo a contribuir para a efetivação e consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar”, explicou o coordenador Ferlando Lima Santos. A expectativa do projeto é melhorar os indicadores do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Bahia.

Projeto implanta redes de alta velocidade em diversas áreas de Salvador

Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) - UFBA

Projeto: REMESSA

Coordenadora: Dra. Claudete Alves

Em junho de 2005, com o objetivo de instalar uma rede de alta velocidade em Salvador, foi criado o Projeto Rede Metropolitana de Salvador (REMESSA), como parte do projeto nacional Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (REDECOMEP), do Ministério



da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), coordenado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

O REDECOMEP implanta, em cada capital, redes comunitárias ópticas para atender ao conjunto das instituições, especialmente as acadêmicas. Na Bahia, a REMESSA atende, além da UFBA, a UNEB, o IFBA, a FIOCRUZ, a UCSAL, a FAPESB, o IAT, a ESFCEx, a UNIFACS, a FRB e outras que precisam de um caminho de alta velocidade para chegar até o Ponto de Presença da RNP na Bahia (PoP-BA), localizado na Superintendência de Tecnologia da Informação da UFBA, no *campus* de Ondina.

O Ponto de Presença da RNP na Bahia atua na operação técnica da rede, atendendo às suas demandas de conectividade e provendo informações aos usuários de todo o Estado, bem como na função básica de coordenar e operar serviços de Internet para as instituições acadêmicas na Bahia. Já a REMESSA oferece a conexão em alta velocidade para o PoP-BA, a comunicação de redes corporativas, a comunicação interinstitucional e diversos projetos avançados de redes.

Apesar de o projeto REMESSA possuir um perfil acadêmico, ele contou desde o início com a participação de outros órgãos, como a parceria institucional da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado. De acordo com a coordenadora do projeto, foi possível trabalhar na parte técnica dessa rede – e relativamente mais fácil – devido às competências da equipe, que é altamente qualificada; mas construir uma gestão sustentável, envolvendo um conjunto de instituições tão diferenciadas (setor privado e setor público, em sua grande maioria) – incluindo fundações, organizações sociais, além das universidades – foi uma missão mais complicada, que necessitou a adaptação de vários instrumentos para compor um modelo de gestão.

O projeto conta com Comitê Gestor, Comitê Técnico, Núcleo de Operação e Controle, analistas de rede, estagiários e técnicos de campo que, segundo a necessidade, visitam os locais e vistoriam a rede que está na rua. Todo esse trabalho é feito em regime 24x7, plantão e sobreaviso, dando suporte e acionando a empresa de manutenção, se necessário. Essa empresa é contratada por licitação, via FAPEX, e faz manutenção corretiva e preventiva.

Outro ponto que merece destaque no projeto é o convênio que a equipe conseguiu com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). O projeto REMESSA realizou uma permuta de infraestrutura com a empresa, cedendo 6 pares de fibra em todo o seu cabo de 48 fibras, como contrapartida pelo uso dos postes, sem o custeio mensal. Sem esse convênio, a REMESSA teria que pagar mensalidade pelo uso dos postes, dificultando a sustentabilidade do projeto.

Como parceiros institucionais, o projeto conta com o Sistema Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), onde está abrigado um dos principais nós da rede; a COELBA, que disponibilizou os postes mediante uma permuta de infraestrutura; o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); a SIM TV, empresa com a qual a rede fez permuta de dutos; além do Sistema Telebrás.



Quando o REMESSA foi implantado, o projeto contava com 15 instituições participantes. “Atualmente, temos mais de 30 parceiras. E a rede continua sendo procurada. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), por exemplo, vai passar a usá-la. Entendemos que a REMESSA tem muita credibilidade e nós nos sentimos muito felizes com esse reconhecimento”, salientou Claudete Alves.

O REMESSA tem um critério muito rigoroso na parte operacional: todos os processos e procedimentos são documentados na intranet. Se um técnico novo chega, já tem acesso a essas informações e facilmente consegue compreender os processos e procedimentos. Existem ferramentas operacionais monitorando toda a rede. “Há um painel na sala do NOC, onde a equipe acompanha tudo. Essa ferramenta funciona, também, no celular e quando há indicação de alguma ocorrência em uma das ramificações das conexões, é disparada uma mensagem para a equipe que está de plantão. Os técnicos são acionados por diversos canais: *e-mail*, SMS, alarmes etc. Temos também uma parte da equipe que faz a certificação do trabalho realizado pelo pessoal da manutenção, além de um ambiente de gestão, que obedece às boas práticas de governança de TI. Todas as atas de reunião são arquivadas e os incidentes são documentados, inclusive com foto. O nosso técnico de rua possui uma máquina fotográfica que permite tirar foto georreferenciada, a qual mostra o local do evento, facilitando o trabalho de toda a equipe”, explicou Claudete Alves.

Todos os anos, o PoP-BA realiza um *workshop* de tecnologia de rede (WTR - <http://www.pop-ba.rnp.br/WTR2015/>), envolvendo técnicos de todas as instituições parceiras, aproximando as equipes das 60 instituições parceiras do PoP/REMESSA, espalhadas pelo Estado. A proposta é atualizar todos os colaboradores sobre os assuntos de ponta de tecnologia.

Segundo a coordenadora do projeto, um dos grandes diferenciais do projeto REMESSA é a equipe. “É impressionante como eles são desprendidos de vaidade e fazem questão de compartilhar cada conhecimento. Eu tenho aprendido muito com eles. Há tempo, aprendi que não devo participar de reuniões sem levar um deles. A cada 6 meses, um analista é coordenador do grupo. Cada um tem seu jeito de coordenar. Não repetem o que o outro coordenador fez. Eles aprendem um com o outro. Parece que o ambiente contamina. Temos estagiário que já escreveu artigo, viajou para Brasília, Goiânia, apresentou trabalho em Congresso e outros que já palestraram no *workshop*. Tem um mérito meu de ter essa abertura. Não tenho modéstia de dizer. Eu quero que eles ascendam, tenham oportunidades e avancem cada vez mais. E a isso eles correspondem perfeitamente”, contou.

Semelhante pensamento tem o gestor do NOC, Luiz Barreto, ao garantir que o REMESSA tem sido uma escola para todos. “É muito gratificante estar trabalhando com a equipe que temos hoje. São pessoas diferenciadas que fazem o projeto fluir muito bem. Tornam todas as atividades prazerosas. As ações são executadas sempre buscando atender da melhor forma possível os clientes, os projetos e as demandas que recebemos. Aprendemos muito. Hoje, sou coordenador do NOC, mas comecei como bolsista. É uma oportunidade,

um ambiente maravilhoso para aprender, crescer profissionalmente. E isso tem sido um chamariz para muitos estudantes da UFBA, já que estamos hospedados na Universidade. Os estudantes ficam sabendo, ficam interessados em participar também, em se unir à equipe, o que acaba sendo um ciclo que se retroalimenta de maneira positiva”, destacou.

Projeto capacita lideranças de diversas comunidades pesqueiras do país

Projeto: Educação em saúde dos trabalhadores da pesca artesanal e formação de agentes multiplicadoras para participação na gestão do SUS.

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena
Faculdade de Medicina da Bahia - UFBA

Com o propósito de desenvolver um amplo processo de formação e educação em saúde, o Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais (MPP) do Brasil e a Comissão da Pastoral da Pesca, juntamente com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), criaram o Projeto Educação em Saúde da Trabalhadora da Pesca Artesanal e formação de agentes multiplicadores em participação na gestão do SUS.



Serão realizados cursos nos seguintes locais: Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Minas Gerais, Paraná, sendo que alguns serão agrupados, como Rio Grande do Norte e Paraíba, Pernambuco e Alagoas, Bahia e Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao todo, serão contemplados 16 Estados. Em linhas gerais, trata-se de 40 pescadoras, lideranças de 11 Estados do Brasil, totalizando 320 pescadoras e indiretamente 110 mil pescadoras e pescadores dos locais onde estas mulheres estão inseridas. Serão também produzidas 40 mil cartilhas sobre saúde ocupacional e pescadoras.

A metodologia utilizada será baseada nos princípios da educação popular, a partir da interação dos conhecimentos, de trabalhos em grupo, uso de material audiovisual, troca de experiências entre os participantes e concurso de fotos para a cartilha. A iniciativa será realizada em sete etapas em cada Estado e ocorrerão sucessivamente durante o período de duração do projeto: seleção de participantes; atividade preparatória para oficina; atividade de campo; oficina/curso; avaliação; e primeiro esboço dos produtos pedagógicos; oficinas/cursos regionais; e sistematização do material produzido.

Além disso, serão realizadas três reuniões e oficinas do colegiado de gestão do projeto e de elaboração do projeto de pesquisa com vistas a realizar estudo epidemiológico de corte transversal – inquérito epidemiológico – para descrever a prevalência de doenças e acidentes do trabalho que atingem pescadores (as) artesanais no país. A ação contará, também, com um seminário nacional final para 100 participantes.

A equipe de trabalho é composta por coordenação, subcoordenação, pesquisadores, assessor técnico-administrativo, lideranças, pescadores populares e agentes comunitários. A gestão administrativo-financeira está a cargo da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX) e os recursos advêm do Fundo Nacional de Saúde. Importante enfatizar, também, a ação decisiva do ponto de vista político e institucional do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGESP) do Ministério da Saúde, para viabilizar recursos financeiros para o projeto.

Entre os objetivos específicos da iniciativa estão: a elaboração de cartilhas para educação em saúde do trabalhador, específicas para cada região do país, e a capacitação de mulheres pescadoras para entendimento do funcionamento do SUS; o conhecimento dos processos de trabalho dos pescadores e marisqueiras no país – incluindo pescadores(as) ribeirinhos – e respectivos riscos físicos e químicos; a identificação dos riscos da atividade pesqueira para a saúde e o conhecimento das medidas de promoção e prevenção dos agravos (doenças e acidentes do trabalho); conhecimento dos direitos previdenciários para garantir acesso aos direitos referentes à pesca artesanal; o fortalecimento da Articulação Nacional das Pescadoras; a descrição e análise da situação atual dos condicionantes e determinantes dos agravos à saúde – doenças e acidentes do trabalho – e da assistência e do acesso aos serviços de saúde e previdência social das(os) pescadoras(es) artesanais, marítimos e ribeirinhos.

De acordo com o coordenador do projeto, professor Paulo Gilvane Lopes Pena, é preciso desenvolver um amplo processo de formação e educação em saúde do trabalhador na pesca artesanal no país, associado à elaboração de um projeto de pesquisa para que se tenha um inquérito epidemiológico de abrangência nacional e estudos para conhecimento qualitativo dos riscos relacionados ao trabalho de pesca artesanal.



“Trabalhar com um quantitativo tão expressivo e um alcance nacional requer uma atuação conjunta dos participantes e uma programação prévia que contemple as particularidades de cada região. Nesse sentido, a observação do calendário lunar, que interfere no ciclo das marés, é essencial para o bom funcionamento dos trabalhos. Esta é uma das grandes particularidades dos trabalhadores das águas; cabe a nós, pesquisadores, atentarmos para cada uma delas”, destacou Thaís Mara Dias Gomes, pesquisadora do projeto.

Para as ações de formação de lideranças da pesca artesanal em saúde do trabalhador, com esta iniciativa espera-se obter pescadoras mais informadas, multiplicadoras sobre os desafios da saúde das mulheres da pesca, encontrando soluções e estratégias; fortalecimento da incidência sobre o Ministério da Saúde, a fim de que seja considerada a especificidade das doenças ocupacionais das pescadoras e pescadores, com vistas a garantir a assistência, prevenção e os EPI; abertura do canal de diálogo junto ao Ministério da Previdência Social, a fim de sensibilizá-lo sobre a necessidade de reconhecer as

doenças ocupacionais específicas dos pescadores e garantir seus direitos trabalhistas e previdenciários; produção do material educativo voltado para a proteção e prevenção de agravos à saúde dos pescadores artesanais e garantia dos seus direitos previdenciários.

Almeja-se, também, com esta iniciativa, a construção das propostas de organização da assistência à saúde dos trabalhadores da pesca artesanal em todo o SUS, tanto na atenção básica como nos serviços de referências, e constituição de CEREST (Centros de Referência para Assistência à Saúde do Trabalhador), especializados no atendimento aos pescadores artesanais; e a mobilização de saberes tradicionais, em associação com o controle social e a produção científica do presente projeto, com objetivo de fortalecer políticas públicas intersetoriais, capazes de proporcionar melhorias econômicas e sociais por meio da promoção da saúde desses sujeitos.

Em relação à elaboração do projeto de pesquisa, que se insere no eixo Educação, Promoção e Vigilância da Saúde, ambiciona-se conhecer o perfil epidemiológico dos acidentes e doenças do trabalhador na pesca artesanal no país, o qual fornecerá subsídios para políticas públicas com vistas à construção do marco regulatório da saúde dos pescadores artesanais no país.

Parceiros em 2015

37

ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA

Agência Nacional de Petróleo (ANP)

Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB)

BRASKEM S/A

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)

Fundação Merieux

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Fundo Nacional de Saúde (FNS)

GEOPARK LTDA

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSP)

London School of Hygiene & Tropical Medicine

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Ministério da Cultura (MINC)

Ministério da Justiça (MJ)

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação (MEC)

National Institutes of Health (NIH)

NOVARTIS BIOCÊNCIAS S/A

PETROGAL LTDA

Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)

Prefeitura Municipal de Jeremoabo/BA (PMJ)

Prefeitura Municipal de Salvador/BA (PMS)

Rede Nacional de Pesquisa e Ensino - RNP

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB)

Secretaria Municipal de Educação (SMED)

Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD)

STATOIL S/A

The British Library

Universidade da Pensilvânia

Universidade de Harvard

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Wellcome Trust

Relatório Anual de Gestão 2015: equipe

Coordenação

Nádia Andrade Ribeiro
Assessora da Diretoria

Elaboração

Nádia Andrade Ribeiro
Maria Virgínia Ferreira de Araújo

Projeto Gráfico

Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA

Revisão

Nídia Maria Lienert Lubisco



Avenida Manoel Dias da Silva, 1784
Ed. Comercial Pituba Trade - Pituba
CEP: 41.830-001 - Salvador - Bahia
Telefone: 0xx71-3183-8400
webmaster@fapex.org.br



Avenida Manoel Dias da Silva, 1784
Ed. Comercial Pituba Trade - Pituba
CEP: 41.830-001 - Salvador - Bahia
Telefone: 0xx71-3183-8400
webmaster@fapex.org.br